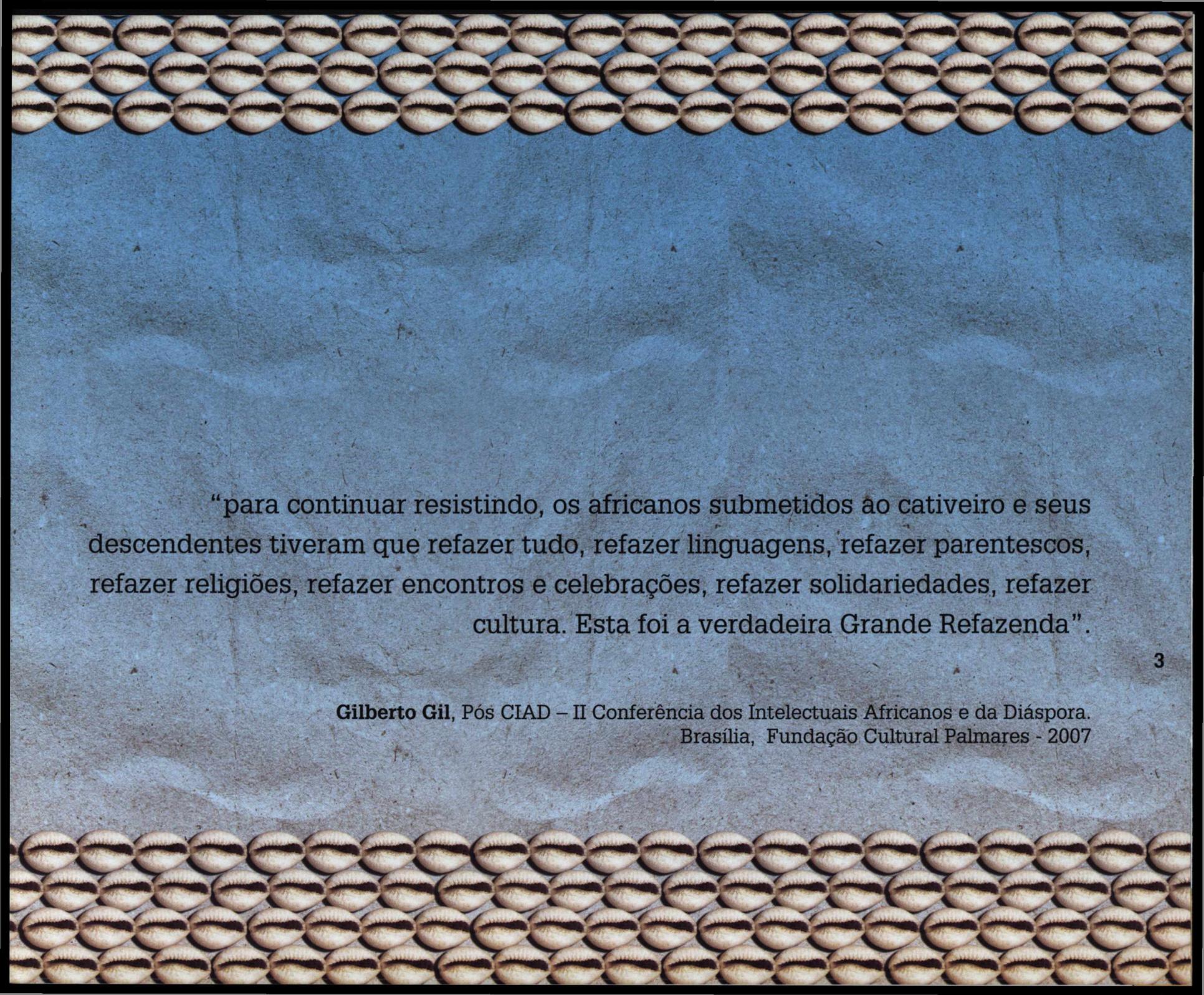


Caderno de Formação

Jornada Nacional de Formação
para o
COMBATE AO RACISMO







“para continuar resistindo, os africanos submetidos ao cativeiro e seus descendentes tiveram que refazer tudo, refazer linguagens, refazer parentescos, refazer religiões, refazer encontros e celebrações, refazer solidariedades, refazer cultura. Esta foi a verdadeira Grande Refazenda”.

3

Gilberto Gil, Pós CIAD – II Conferência dos Intelectuais Africanos e da Diáspora.
Brasília, Fundação Cultural Palmares - 2007



Partido dos Trabalhadores

Comissão Executiva Nacional

Rui Falcão – Presidente

José Nobre Guimarães Vice-Presidente

Humberto Costa Vice-Presidente

Maria de Fátima Bezerra Vice-Presidente

Elói Pietá Secretário-Geral Nacional

João Vaccari Neto Secretário Nacional de Finanças e Planejamento

André Vargas Secretário Nacional de Comunicação

Paulo Frateschi Secretário Nacional de Organização

Iole Iliada Secretária Nacional de Relações Internacionais

Vilson Oliveira Secretário Nacional de Assuntos Institucionais

Carlos Henrique Árabe Secretário Nacional de Formação Política

Renato Simões Secretário Nacional de Movimentos Populares

Jorge Coelho Secretário Nacional de Mobilização

Angelo D'Agostini Junior Secretário Nacional Sindical

Jefferson Lima Secretário Nacional de Juventude

Edmilson Souza Santos Secretário Nacional de Cultura

Julio Aquino Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Laisy Morièrre Secretária Nacional de Mulheres

Cida Abreu Secretária Nacional de Combate ao Racismo

Elvino Bohn Gass Secretário Nacional Agrário

Arlete Sampaio Vogal

Benedita da Silva Vogal

Fátima Cleide Vogal

Maria Aparecida de Jesus Vogal

Maria do Carmo Lara Vogal

Mariene Pantoja Vogal

Jilmar Agostinho Tatto Líder do PT na Câmara dos Deputados

Walter de Freitas Pinheiro Líder do PT no Senado Federal



Fundação Perseu Abramo

Diretoria

Nilmário Miranda – Presidente

Elói Pietá – Vice-presidente

Flávio Jorge Rodrigues da Silva – Diretor

Iole Iliada Lopes – Diretora

Paulo Fiorilo – Diretor

Selma Rocha – Diretora



Escola Nacional de Formação do PT

Diretoria

Carlos Henrique Árabe Secretário Nacional de Formação Política do PT

Jorge Coelho Secretário Nacional de Mobilização do PT

Selma Rocha Diretora da Fundação Perseu Abramo

Apresentação

O caderno da Jornada Nacional de Formação para o Combate ao Racismo traz uma visão panorâmica da luta democrática travada pelo setor petista do movimento negro brasileiro para a ampliação da cidadania de negras e negros na sociedade brasileira. É, principalmente, um balanço da trajetória da luta antirracista forjada na convivência entre petistas para subsidiar a primeira Jornada de Formação sobre a Questão Racial, que visa fortalecer o conjunto dos militantes petistas na luta pela igualdade racial no combate ao racismo e a qualquer forma de discriminação a partir dos valores e da perspectiva do socialismo democrático que queremos.

No século XXI, a crise do capitalismo continua degradando a qualidade de vida dos trabalhadores nos vários continentes. Sabemos que se instalou fortemente no Brasil, América Latina-Caribe e África. Não é por acaso que em toda essa região grande parte da população é não branca e historicamente atingida pela exploração econômica e opressão das ondas de racismo, sexismo, xenofobia, homofobia e diversas facetas de intolerância religiosa.

O Partido dos Trabalhadores, nos últimos trinta anos, enfrentou a luta contra todas as formas de desigualdade e, nessa

esteira, denunciou a desigualdade entre negros e brancos como uma faceta dos problemas sociais brasileiros.

A denúncia da discriminação racial, do preconceito ou do racismo ao longo dos anos 1980 fortaleceu a construção de novas estratégias de luta, e o PT foi o partido pioneiro com a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. A cada Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores essa luta ganhou maior visibilidade e, no VII Encontro Nacional (1990), realizado em São Paulo, a luta de combate ao racismo entrou nas resoluções nacionais não como um problema dos negros, mas como uma questão nacional a ser enfrentada por todos os petistas e segmentos sociais. Esse é um desafio para todo brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores tem enfrentado as mazelas do capitalismo e do racismo fortalecendo a organização das lutas de todos os trabalhadores a partir da perspectiva do socialismo democrático.

A Escola Nacional de Formação Política e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo convidam todos ao debate teórico sobre o racismo e a questão nacional, a

refletir sobre as práticas discriminatórias submersas no cotidiano da classe trabalhadora e a construir consenso e compromisso governamental para a expansão nacional da política pública de ação afirmativa em toda a sua expressão e manifestação.

Essa Jornada de Formação traz ao conjunto dos petistas um momento singular para expandir, conhecer, compartilhar experiências da história de negros e negras no PT, reconhecer novas visões historiográficas, subsidiar ativistas e gestores petistas na construção de uma política nacional de combate ao racismo com três dimensões importantes:

- 1** *Como uma tarefa política de todos os setores progressistas da sociedade brasileira;*
- 2** *Com capilaridade potencial para desenraizar o modelo estruturante do racismo à brasileira; e*
- 3** *Com a abordagem histórica do nosso ideário baseado na perspectiva do socialismo democrático.*

Publicação da **Escola Nacional de Formação do PT** e da **Secretaria Nacional de Combate ao Racismo**

Organizadores

Escola Nacional de Formação
Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Coordenação Editorial

Cida Abreu, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Selma Rocha

Produção de textos

Marcos Antônio Cardoso
Gevanilda Santos
Selma Rocha

Contribuição ao texto

Carlos Aluizio Gomes Falcão Pereira
Cida Abreu
Martvs das Chagas

Revisão: Marcia Melo

Projeto gráfico e diagramação:

Mandingas Comunicação

Ilustração:

Salamanda
www.mandingascomunicacao.com.br

Tiragem:

30 mil exemplares

Impressão:

Bangraf

São Paulo, outubro de 2012

Sumário

- | | |
|--|----|
| 1. Capitalismo e Escravidão | 08 |
| 2. Uma perspectiva de Esquerda
na Luta Antirracista | 18 |
| 3. O PT e a Questão Racial | 25 |
| 4. A Luta Contra o Racismo e a Construção
do Socialismo Democrático | 39 |

Capitalismo e Escravidão



A acumulação primitiva foi um processo internacional gerado na transição do feudalismo para o capitalismo que concentrou riqueza nas mãos da burguesia comercial dos países metropolitanos. O processo de renascimento do comércio e a maneira pela qual a estrutura feudal reagiu ao desenvolvimento comercial estiveram no centro da crise do feudalismo, a partir do século XVI.

Nesse quadro se formam os Estados Nacionais. Particularmente Portugal e Espanha se lançam à corrida marítima e comercial e à colonização como desdobramento da expansão comercial. Províncias Unidas, Inglaterra e França, à medida que se formam como Estados centralizados, perseguem o mesmo caminho, inspirados todos pela Política Mercantilista. A doutrina mercantilista, de forte conteúdo normativo, amparava-se no princípio metalista, que identificava o nível de riqueza segundo a quantidade de metal nobre existente em cada nação.

Tal orientação alimentou a competição entre os Estados absolutistas e contribuiu para desenhar o

sistema colonial: baseado na subordinação da colônia à metrópole como condição do fortalecimento da economia metropolitana.

A relação entre a metrópole portuguesa e o Brasil teve como atividade inicial a produção agrícola em larga escala, visando ao comércio europeu, e se apoiou no trabalho compulsório – como no conjunto da América.

Inicialmente, o cultivo e a fabricação do açúcar contaram com o trabalho indígena, que foi sendo substituído pelo trabalho escravo. Tal substituição se deveu à diminuição dos indígenas, às dificuldades de aprisionamento e transporte, mas, fundamentalmente, ao papel do tráfico negreiro no incremento do comércio colonial e no processo de acumulação da metrópole, uma vez que esta controlava o comércio de escravos.

O tráfico passou a ser o principal empreendimento do negócio colonial nessa etapa de acumulação de capital. Essa avidez comercial desumanizou a população africana escravizada e transformou seres humanos em mercadoria. Como

bem o definiu Jacob Gorender, a consolidação posterior do “escravismo colonial” não foi fruto da maldade humana, assim como a expansão ultramarina também não foi fruto da vontade dos nobres europeus. Ambas foram fruto do processo de constituição do capitalismo.

Assim, nas raízes históricas do capitalismo encontram-se o tráfico de seres humanos, a espoliação das riquezas do continente africano e a escravização nas Américas. O que nos faz lembrar a frase de Malcolm X “não há capitalismo sem racismo”, ambos estão inseparavelmente ligados e são os fatores geradores das desigualdades étnicas e econômicas.

A escravidão na África

A escravidão na África não foi socialmente dominante nem demograficamente preponderante até que os europeus dessem início à grande empresa comercial do tráfico de escravos africanos pelo Oceano Atlântico.

Na antiguidade o estrangeiro era passível de ser submetido à escravidão. O fato ocorreu nas sociedades africanas, na Grécia e no Império Romano. Nas sociedades africanas estruturadas em torno dos chefes de linhagens de parentesco em aldeias ou federações de aldeias, podiam viver estrangeiros, capturados em guerras, e eram subordinados a um senhor e denominados escravos.

As guerras foram a maior fonte de obtenção do trabalho escravo. No entanto, um homem podia perder seus direitos como membro da sociedade por outros motivos, como condenação por transgressões e crimes, impossibilidade de pagar dívidas ou de sobreviver pela simples falta de recursos. Nessas condições, as pessoas se entregavam como escravas a quem pudesse salvar a si e a sua família da fome provocada pela falta de alimentos, seca, praga, o intenso processo de savanização e desertificação que arruinava as colheitas das sociedades agrícolas africanas.

Nessas sociedades, ter escravo para aumentar a capacidade de trabalho e de reprodução da família

era uma forma de uma linhagem se fortalecer diante de outra. A prática da escravidão dava preferência ao aprisionamento das mulheres por procriarem e por sua habilidade em cultivar a terra e preparar os alimentos. Os filhos das escravas com homens livres da família do seu senhor geralmente não eram considerados escravos. A princípio não tinham os mesmos direitos dos filhos das mulheres livres, trazendo a marca da escravidão, mas a cada geração esta ia diminuindo, até desaparecer.

Os escravos nas sociedades africanas podiam constituir castas, como a dos Tuaregues no norte da África, que mineravam o sal, e os povos Akãs no território de Gana, que mineravam o ouro. Outros podiam se destacar como condutores de caravana ou chefes militares, podiam se tornar poderosos, conquistar privilégios, acumular riquezas e mesmo possuir outros escravos. Não deixavam, no entanto, de ser considerados escravos pelo simples fato de ser estrangeiros e não possuir laços de parentesco ou de solidariedade na sociedade em que viviam, na qual só eram reconhecidos como membros na qualidade de subordinados a um senhor.

De qualquer modo, um escravo estava submetido a uma situação em que não podia transitar livremente. Devia fazer o que determinava seu senhor, não tinha vontade própria e seu tempo era de seu senhor ou de seu proprietário. Nessa situação, o escravo não era visto como membro da sociedade em que vivia, mas como um ser inferior e sem nenhum direito.

No seu percurso histórico, a África conheceu e estruturou diferentes formas de relações sociais, entre as quais diversos modelos de relações de trabalho e de produção baseados no trabalho servil e escravo. As formas de escravidão foram tão variadas quanto complexas, tais como doméstico-serviçal, burocrático-militar ou econômico-produtora.

Conforme Carlos Moore (2005), as formas autóctones de escravidão que existiram no continente africano até o advento do Islã, no século IX, foram do tipo doméstico-serviçal, com pouca extensão para a esfera da produção econômica. Isso quer dizer que o trabalho escravo serviçal nunca chegou a uma situação de escravidão econômica generalizada e, muito menos, de

escravidão racial, como aquela que predominou nos sistemas de *plantations* do Oriente Médio e, mais tarde, das Américas.

O importante é destacar que, desde as primeiras sociedades estatais africanas construídas pelos povos do vale do Rio Nilo até a chegada dos árabes no século VII e dos europeus no século XV, a condição de escravo correspondeu a uma categoria social entre várias outras, e não foi de nenhum modo nem socialmente dominante, nem demograficamente preponderante. Isso quer dizer que não houve no continente africano um modo de produção dominante – baseado no trabalho escravo – sobre o qual se estruturasse o conjunto da sociedade, como foi o caso na Europa greco-romana, no Oriente Médio e nas Américas.

Quando os europeus chegaram à costa atlântica do continente africano e lá encontraram a prática da escravidão, se interessaram pelo comércio de escravos e abriram uma frente internacional de comércio de seres humanos, transformando-os em mercadoria.



A escravidão, portanto, já existia em muitas sociedades africanas bem antes de os europeus inaugurarem a grande empresa comercial do tráfico de escravos pelo Atlântico. E a dominação colonial portuguesa na África intensificou a escravidão nas Américas.

O projeto colonial português na África teve início na primeira metade do século XV, com as expedições de exploração na costa atlântica a partir da ocupação de Ceuta, em 1415. Seu principal objetivo era chegar às minas do ouro comercializado pelos povos tuaregues e berberes do norte do continente



africano. Além disso, buscavam um caminho para as Índias que permitisse quebrar o controle dos comerciantes italianos sobre o Mar Mediterrâneo.

Os portugueses foram os pioneiros na exploração da costa atlântica africana em busca de especiarias, ouro, prata, comércio de escravos e na montagem de um sistema de produção e comercialização de açúcar baseado na colonização e no trabalho escravo.

O maior fluxo do comércio de homens e mulheres africanos para o Brasil veio, sobretudo, de duas regiões do continente africano: a costa da Mina e a costa de Angola. Foram as que mais se envolveram no tráfico transatlântico de escravos, ambas comercializando seres humanos capturados inicialmente na costa litorânea e, posteriormente, no interior do continente.

A costa da Mina equivale hoje aos atuais territórios de Gana, Togo, Benin e Nigéria. O ouro que os europeus portugueses tanto buscavam foi encontrado quando chegaram à costa da atual Gana, na terra onde viviam os povos Akãs,

com os quais passaram a comercializar por volta de 1470. A costa de Angola equivale à região do antigo reino do Congo, ao norte do atual território de Angola, e os portugueses conseguiram estabelecer relações amistosas, belicosas e alianças com os povos africanos para desenvolver os primeiros focos de colonização e entrepostos de tráficos de escravos. Foram seguidos, posteriormente, por ingleses, franceses e holandeses, que se espalharam por toda a América.

O tráfico de escravos converteu-se num empreendimento tão lucrativo que se prolongou até 1850 e, segundo as estimativas mais aceitas, teriam sido traficados 12,7 milhões de escravos da África para as Américas, dos quais 10 milhões teriam chegado vivos.

A escravização dos africanos ocorreu em toda a América do Sul, além do Brasil. Houve presença significativa de africanos nas Guianas Inglesa, Francesa e Holandesa e na costa da Colômbia, do Equador e do Peru. Segundo Margarida Maria Toddoni Petter, só para o Brasil estima-se um tráfico de aproximadamente 4,85 milhões de escravos africanos.

O escravismo colonial e a formação da classe trabalhadora



Como já apontado, o sistema colonial nas Américas intensificou a exploração do trabalho escravo empregado nas grandes lavouras de exportação de cana-de-açúcar, algodão, fumo e especiarias. Essas lavouras se concentravam na costa atlântica tropical, do sul dos Estados Unidos até o nordeste do Brasil, passando pela costa atlântica da América Central e pelo Caribe. Esse modelo de exploração econômica que se denomina regime escravista ou escravismo, além de ter papel estrutural no processo de acumulação tal qual já indicado, promoveu em termos sociais a “coisificação” e a separação entre os grupos sociais nativos ou escravizados e as elites metropolitanas ou nascidas nas Américas.

A sociedade colonial baseada no trabalho escravo esteve apoiada na violência e no forte aparato repressivo, que provocou choque entre as culturas europeia, africana e indígena; o genocídio étnico dos grupos considerados inferiores; o estupro e a hierarquização das relações de gênero e raça; e o desprezo da visão de mundo local. São essas as marcas do desenvolvimento histórico e social do Brasil.

Aqui a base da exploração colonial e escravocrata se estendeu por cerca de 350 anos. O Brasil imperial do século XIX continuou as relações econômicas e sociais fundadas no trabalho escravo. A *independência política do Brasil*, em 1822, não pressupôs a abolição do trabalho escravo e não provocou mudanças significativas na sociedade brasileira de então, nem nas formas de produção, nem nas relações sociais que culturalmente arraigaram o preconceito e a discriminação contra a matriz étnica e cultural africana – o patriarcalismo como sistema de dominação de gênero e raça.

Mais tarde, com a evolução do capitalismo industrial e a expansão e constituição da classe trabalhadora fabril, muitos intelectuais, teólogos, juristas conservadores debatiam e justificavam a legitimidade da escravidão. A humanidade assistia à gênese da ideologia racista na esteira do capitalismo.

A abolição do trabalho escravo no Brasil (1888) significou para as elites uma transição lenta, gradual e segura às relações trabalhistas capitalistas, e nesse período se travou uma longa discussão sobre a não

adaptação dos negros brasileiros ao trabalho livre. O Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo. Com seu fim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, entre outros, intensificam o debate sobre a modernização capitalista no Brasil.

Após a abolição, o início do processo de mecanização da lavoura cafeeira e a incipiente industrialização, somados à crescente concentração e posse de terras nas mãos das elites, nos primeiros anos do século XX, consolidaram a situação de dominação e exclusão dos trabalhadores negros, que, entregues à própria sorte, permaneceram na camada inferior da pirâmide social. No processo da imigração europeia, os grandes fazendeiros e indústrias abriram as melhores prerrogativas do trabalho livre e assalariado e a posse da terra ao trabalhador europeu. Aos escravos recém-libertos e seus filhos reservaram a atividade braçal com a pior remuneração ou a vadiagem.

No Brasil, as relações de trabalho capitalistas se conformaram tardiamente se comparadas às das sociedades europeias. No contexto da formação da classe trabalhadora brasileira, o trabalhador negro, ex-

propriado da posse da terra desde a abolição, enfrentou grandes barreiras, pois o escravismo deixou como herança uma sociedade marcada pela hierarquia das relações de raça e gênero. Os séculos do regime de escravidão, organizado sob a violência do trabalho forçado, desumanizaram o negro, alienando-o enquanto detentor de saber e produtor de conhecimento e riqueza, conferindo-lhe existência apenas como mercadoria.

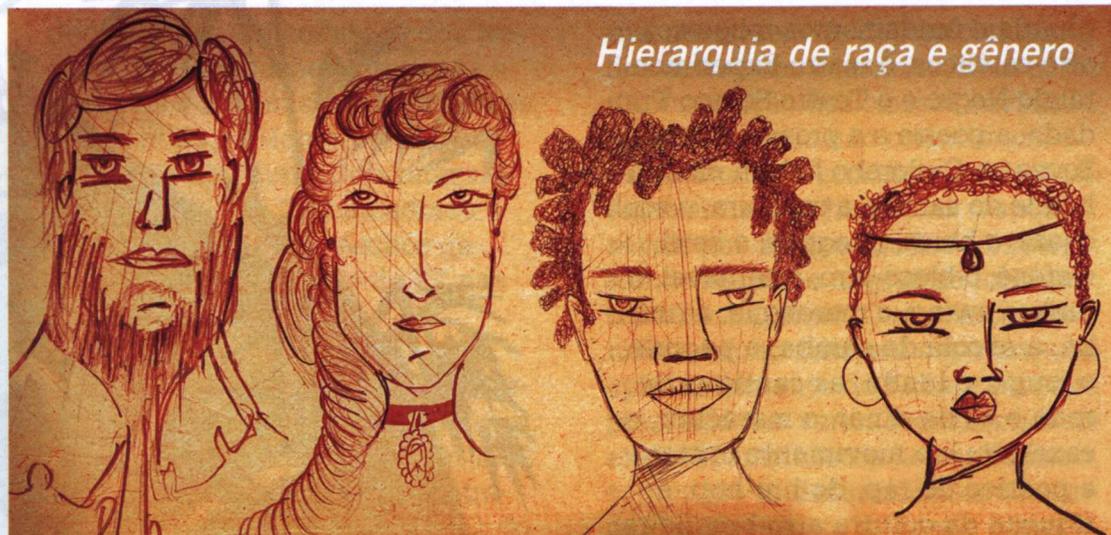
Essa relação social perdura na transição do trabalho escravo para o livre e assalariado e, associada a uma mentalidade patronal conservadora, impede e adia a inserção dos negros na classe trabalhadora enquanto tal e, como decorrência, impõe a desvalorização da força de trabalho dos negros e negras no mercado capitalista. O que se quer dizer aqui é que o escravismo colonial está na gênese do trabalho no Brasil e o processo de constituição da classe trabalhadora tem como traço constitutivo relações de desigualdade baseadas na hierarquia de raça e gênero.

A diáspora africana no Brasil, estabelecida socialmente no contexto

da escravidão, associada ao discurso ideológico de negação do racismo, jogou os negros a sua própria sorte no pós-abolição, o que não lhes deixou outra saída a não ser reagir e resistir. A cada momento os negros lançaram mão do que estava a seu alcance: sua cosmovisão africana recordada, memorizada, inventada e apropriada ao contexto de luta, revolta, guerrilha, resistência, greve e protesto nas ruas, entre outras formas de resistência.

As linhas historiográficas e/ou sociológicas impregnadas daquela mentalidade conservadora, sob o véu da neutralidade científica, ressaltavam quase exclusivamente categorias, conceitos, fontes históricas, interpretação das relações de produção de trabalho e explicativas do sistema capitalista apenas comprometidas com o ponto de vista do opressor. Pouco falavam da reação à subalternização, ou seja, sobre a resistência dos negros e negras desde a época do sistema escravocrata que ancorou o tipo de capitalismo nacional.

No entanto, homens e mulheres negras encontraram inúmeras formas de resistência destinadas a



confrontar a dominação e a opressão do sistema escravocrata e posteriormente capitalista: o banzo, o assassinato dos senhores de terras, a fuga isolada, o aborto praticado pela mulher escravizada, o suicídio, o sincretismo religioso, as guerrilhas, revoltas e insurreições urbanas (Alfaiates, Balaiada, Cabanagem, Revolta dos Búzios, Farrroupilhas, Revolta dos Malês, entre outras), os quilombos, atos de protesto contra as péssimas condições de vida, a violência policial e o racismo.

Enquanto nas primeiras décadas do século XX a classe trabalhadora brasileira empreendia as primei-

ras greves, o sindicalismo operário incorporava a doutrina anarquista e os pressupostos libertários do socialismo, o trabalhador negro, pioneiro nacional do ideário de liberdade, despontava no cenário da luta de classes com a Revolta da Chibata (1910), participação em greves e movimentos sociais de todo tipo.

No período republicano, sua resistência se expressa sobretudo na diversidade linguística africana transmitida na oralidade e nos espaços de religiosidade de matriz africana, as Irmandades e Reinados do Rosário dos Homens Pretos, que

guardam fundamentos religiosos afro-católicos, o teatro Experimental do Negro e o Teatro Solano Trindade, a poesia e a prosa de Cruz e Souza ao Quilombo hoje, a musicalidade do samba, a capoeira, o soul, o jazz, o blues, o reggae, o ijexá, o afoxé, o bloco-afro, o carnaval, o funk, o swing, o merengue, a rumba, a escola de samba, o pagode, o jongo, o lundu, as cantigas de roda e as de ninar, o maracatu, o caxambu e o movimento crítico e poético do rap, do hip-hop, a riqueza da cultura afro-brasileira, que produz cultura de resistência em âmbito nacional.

Os territórios negros foram espaços de organização social e resistência a uma realidade marcadamente discriminatória e excludente. Esses lugares, demarcados especificamente por relações étnicas eivadas pela segregação racial e espacial, têm uma história para contar e muita tradição preservada. Segundo o geógrafo Milton Santos, "o conceito de território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, da construção de um domínio territorial, assumindo múltiplas formas e determinações".



De outro lado, os clubes sociais preservados, a imprensa e a Frente Negra Brasileira, as organizações específicas de mulheres negras e os grupos e organizações associativas antirracistas dos anos 1970 de caráter cultural, social, recreativo, intelectual-acadêmico ou político são exemplos de resistência e luta.

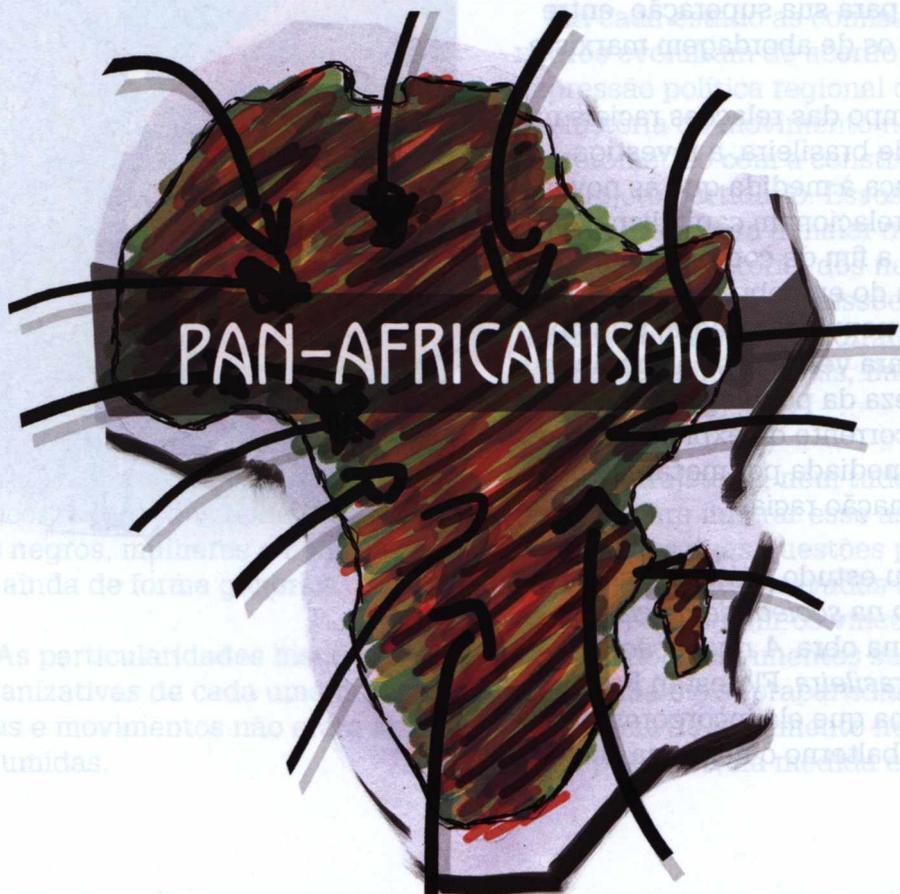
O movimento pela busca da memória histórica e da identidade africana, cotidianamente negadas desde o processo da resistência à escravidão colonial até a luta contemporânea contra o racismo que emergiu na cena política nacional dos anos de 1970, denomina-se consciência negra.

A consciência negra é a busca da memória histórica capaz de projetar ação política destinada à desconstrução do racismo como opressão específica e edificação de novas condições sociais de existência diante dos mecanismos de exclusão sistemática e intrínseca às relações econômicas e sociais do capitalismo.

Essa experiência única forjou a existência do Movimento Negro Brasileiro de longa duração e seu papel histórico central: oferecer à

sociedade brasileira a chave da compreensão da realidade da população negra, os mecanismos de sua exploração e opressão, e apontar como ocorreu sua integração na nação brasileira, principalmente nos períodos de desenvolvimento qualitativo de sua formação social.

No cenário da ditadura militar, de absoluta ausência dos direitos de cidadania, de canais de participação democrática, sob um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda e riqueza e uma forte repressão à liberdade de expressão e organização, o movimento negro contemporâneo ressurgiu com forte dimensão política, influenciado por aquele contexto nacional e pelas lutas internacionais do movimento afro-americano por direitos civis e de libertação dos povos africanos e pela difusão do pan-africanismo.

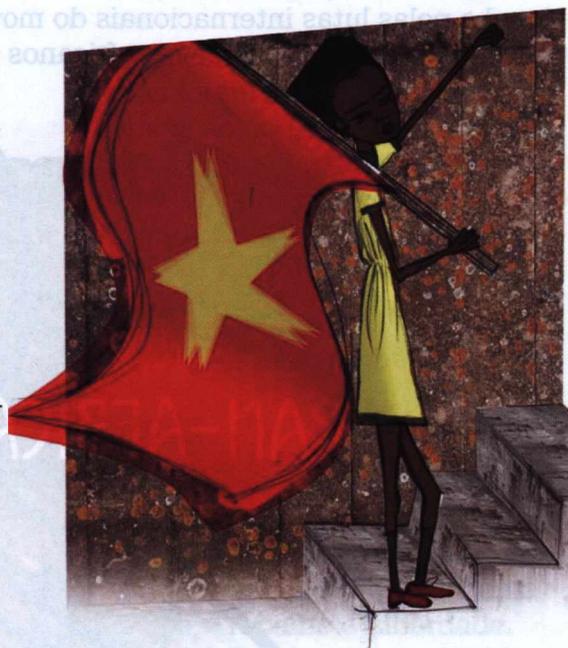


Uma perspectiva de Esquerda na Luta Antirracista

Nos anos de 1970, com o aparecimento dos novos movimentos sociais, em especial o movimento negro, retomou-se fortemente o debate sobre as relações entre capitalismo, racismo e pressuposto teórico para sua superação, entre os quais os de abordagem marxista.

No campo das relações raciais na sociedade brasileira, a investigação avança à medida que as novas leituras relacionam capitalismo e racismo, a fim de compreender a natureza do empobrecimento gritante da população negra, principalmente para verificar se a condição de pobreza da população seria um fator decorrente da exploração econômica mediada por mecanismo de discriminação racial.

Em seu estudo *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) e na obra *A revolução burguesa brasileira*, Florestan Fernandes afirma que ela incorporou de modo subalterno o negro na socie-



dade. O intelectual de esquerda colocou seu prestígio e autoridade a favor da desmitificação da ideologia racial de acomodação das relações raciais brasileiras e cunhou a expressão “mito da democracia racial”, denunciando seu papel fundamental: alienar o/a negro/a enquanto sujeito da sua história de resistência e na sua condição de trabalhador.

A ideia da subordinação social e econômica dos negros e negras no capitalismo abre o debate sobre a relação capitalismo e racismo, cuja razão de ser não é mais explicada por um atraso cultural da sociedade brasileira, mas principalmente como um aspecto ideológico que encobre os mecanismos da desigualdade racial e, como tal, constitui mais uma contradição da sociedade capitalista.

Aspectos da modernização capitalista brasileira elucidam aquela contradição: A abolição da escravidão (1888) foi proclamada há mais de cem anos e não ocorreu nenhuma indenização ou reparação social para os chamados ex-escravos. O governo imperial financiou a política de importação de mão de obra imigrante

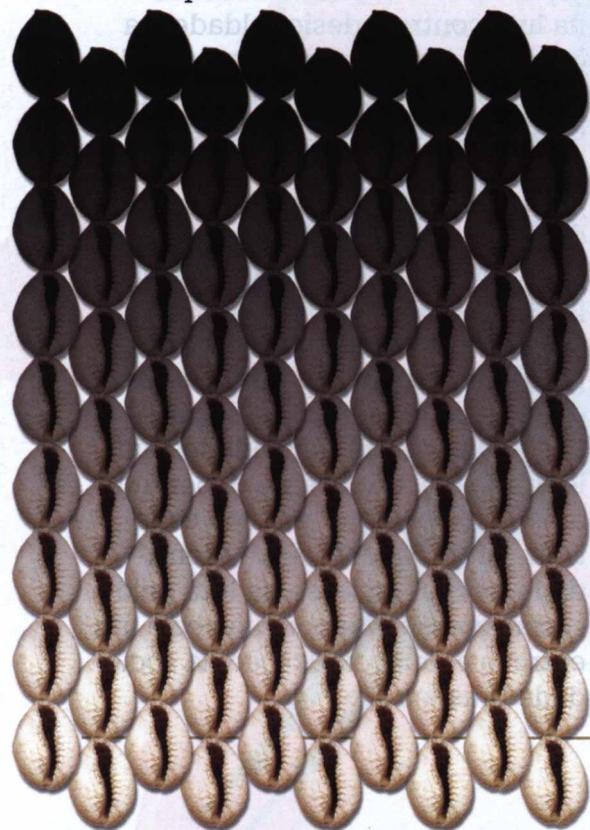
européia e assalariada e preteriu e relegou a mão de obra nacional ao desemprego e à economia informal. O estudo do historiador Ramatis Jacino, em especial o capítulo “Trabalhadores negros”, revela o processo de embranquecimento da classe trabalhadora no século XIX, na medida em que as elites cafeeiras, imbuídas das ideologias racistas, no processo de imigração desprezavam o trabalhador nacional não branco e supervalorizavam os europeus.

O Estado republicano, no confronto com as lutas sociais, revelou seu caráter elitista, repressor e genocida. Em diversos momentos da história as reivindicações populares contra o autoritarismo e a exclusão social foram tratadas como “um caso de polícia”. A Revolta da Chibata foi uma sublevação dos marinheiros, a maioria negra, que eclodiu no Rio de Janeiro em 1910, 22 anos após a Abolição da Escravatura. Liderada pelo marinheiro negro João Cândido, exigia *melhores condições de trabalho e salários* e, principalmente, o fim dos castigos corporais impingidos aos marinheiros com a chibata – prática remanescente da escravidão até aquela época vigente na Marinha brasileira –, razão pela qual a sublevação popular ficou conhecida como Revolta da Chibata. A luta de João Cândido e a revolta foram imortalizadas no samba *O mestre-sala dos mares*, de João Bosco e Aldir Blanc, cuja letra e música foram censuradas pela ditadura militar. É possível inferir que a Revolta da Chibata foi a primeira manifestação sindical brasileira após a abolição formal do trabalho escravo, já no início da República, e esse episódio é pouco referenciado na história da classe trabalhadora brasileira.

Esses aspectos históricos evidenciam a dinâmica das desigualdades raciais nas relações capitalistas e seu papel de alicerce da pobreza da população negra mediada por vários mecanismos de discriminação racial. Por isso concordamos com Malcolm X e afirmamos “não há capitalismo sem racismo”. Consequentemente, esse posicionamento teórico nos instiga a aprofundar o debate. Como superar o racismo no capitalismo? Quais os aportes no campo teórico e as experiências exitosas da luta antirracista no campo da esquerda?

Até os anos 1970, havia pouco ou quase nenhum debate sobre a discriminação no mercado de trabalho capitalista ou a desigualdade salarial entre brancos e negros. A relação entre o capital e o trabalho como a principal contradição explicativa da exploração e da opressão de todos os trabalhadores era orientação geral.

Nova leitura crítica denunciou tal enfoque, pois não dava resposta à realidade do trabalhador negro brasileiro na medida em que não compreendia como o racismo se estruturava no plano ideológico e



material das relações e produção capitalistas. Portanto, não compreendia que na exploração do trabalhador negro ocorria um processo de depreciação do valor da sua força de trabalho. Esse é um aspecto de exclusão no mercado de trabalho que aparece ora como fator de demissão, ora como fator de desemprego, ora como fator que impede a mobilidade no plano de carreira. É dessa forma que ocorre a opressão específica sobre os trabalhadores e trabalhadoras negras.

O pressuposto marxista geral de que o processo de produção e reprodução capitalista não gera apenas mercadorias, mas principalmente relações sociais de dominação e opressão, nos permite investigar, em cada formação social, como ocorrem a dominação e a opressão dos trabalhadores no geral e a dominação e a opressão específicas de alguns segmentos sociais, como negros e negras, mulheres e homossexuais.

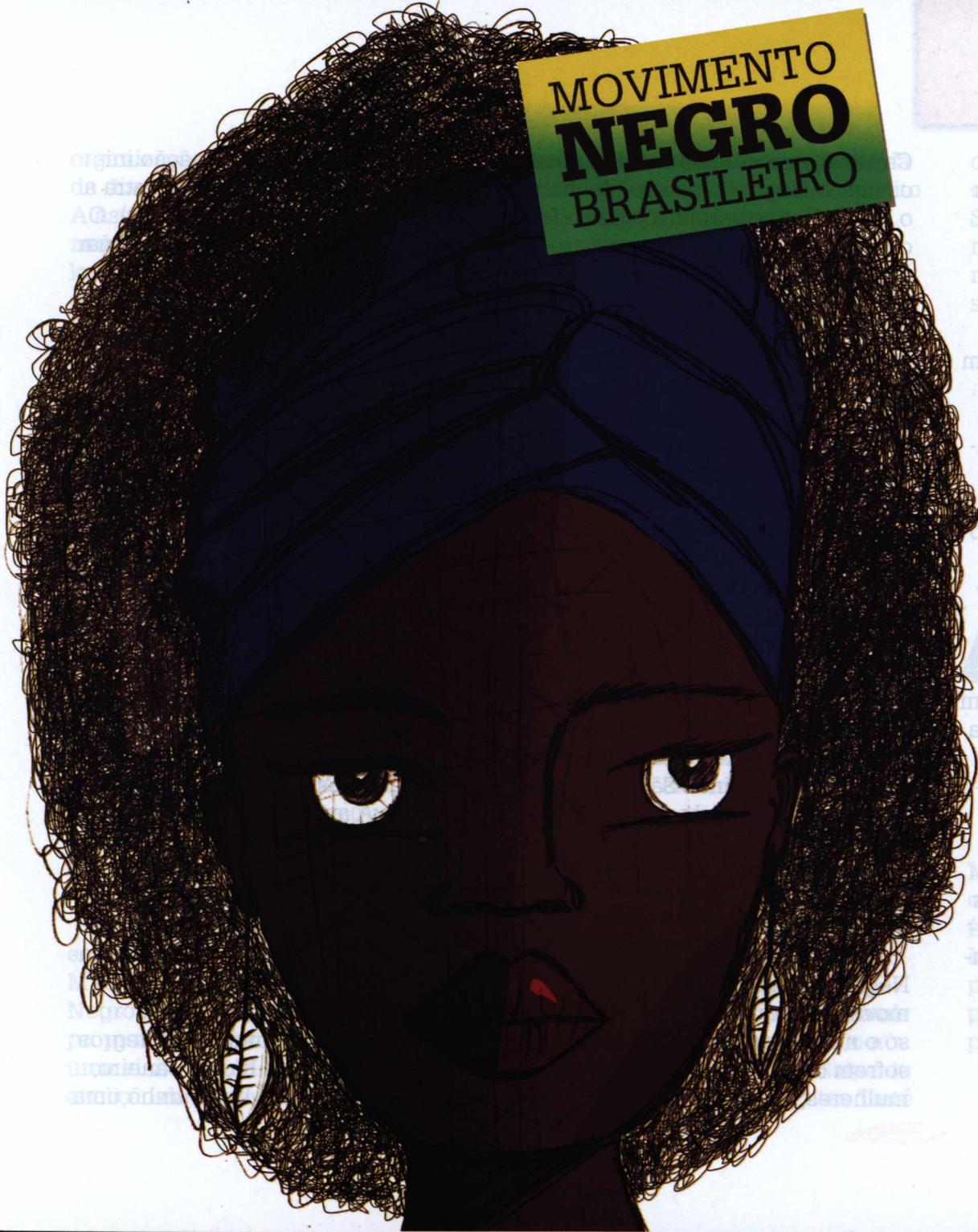
Nomes importantes da academia brasileira, como Caio Prado Jr., já haviam apontado a ortodoxia da esquerda nacional, ressaltando que

[...] a diversidade da realidade brasileira, assim como os aspectos culturais, de modo geral, não são considerados pela esquerda brasileira. Esse desconhecimento cria obstáculos para a unificação das forças, na medida em que o discurso da vanguarda revolucionária não sensibiliza outros grupos subalternos, que, com isso, não criam uma base social hegemônica [...].

A tradução prática das orientações da esquerda no Brasil, consideradas aqui diferentes orientações, deixou de levar em conta a diversidade cultural como parte das contradições da classe trabalhadora brasileira. Sem dúvida, ao defender a perspectiva de eliminar as desigualdades econômicas, a esquerda brasileira contribuirá para a superação do racismo, na medida em que o estabelecimento de melhores condições de vida elimina o aspecto material de manifestação do racismo, isto é, a pobreza. Todavia, isso por si só não acabará com a discriminação racial e a desvalorização social diante dos traços e referências culturais e civilizatórias de matriz africana.

O processo de dominação de raça e classe pode ser examinado na leitura dos estudos de Florestan Fernandes e Octavio Ianni e na experiência do setorial de negras e negros do PT. (FERNANDES, 1988; IANNI, OCTAVIO, Jacino, Ramatis, MOURA, CLOVIS, SANTOS, J. RUFINO, GUIMARÃES, Juarez de Paula (2005) E OUTROS).

As concepções que consideram apenas a centralidade da contradição entre o capital e o trabalho na luta contra a desigualdade e a opressão impedem a percepção de que a lógica capitalista de exclusão utiliza a diversidade étnica e cultural existente como fator de dominação, apoiada na discriminação de gênero, raça, idade e religião. A centralidade a que nos referimos para explicar as desigualdades sociais brasileiras é insuficiente porque interpreta de forma etnocêntrica nossa formação social. Por isso encontra dificuldades em legitimar-se, por exemplo, perante a população negra, por não construir, culturalmente, uma identidade de raça e classe na luta pelo socialismo. O que por sua vez é um entrave à democratização da sociedade brasileira.



MOVIMENTO
NEGRO
BRASILEIRO

A fim de construir a identidade de raça e classe na luta pelo socialismo, os ativistas negros e negras apostaram no projeto político-partidário que nasceu naquele momento: o PT. Essa perspectiva buscava uma alternativa política mais à esquerda para a luta antirracista. Outros aprofundavam, à época, a crítica ao etnocentrismo da esquerda.

Quando do nascimento do PT as críticas se concentravam na interpretação etnocêntrica da formação social brasileira porque esta minimizava a importância do debate das desigualdades raciais no interior da classe trabalhadora.

Questões atuais elaboradas pelo etnólogo e cientista político Carlos Moore em *O marxismo e a questão racial* ressaltam os aspectos do etnocentrismo e universalismo presentes na obra de Marx. O autor questiona a capacidade do materialismo histórico para explicar o desenvolvimento das sociedades fora da Europa e nos alerta que é necessário enfrentar o debate sobre essas questões, pois temos de nos

libertar das crenças teórico-ideológicas remanescentes de estruturas intelectuais deterministas e etnocentristas.

Após a década de 1980 se estreitam os laços entre movimentos sociais e a esquerda brasileira. Com o Movimento Negro Brasileiro não foi diferente, e no contexto da luta contra a ditadura militar formaram-se alianças entre as forças democráticas, o que resultou numa rica experiência de combate ao racismo no campo da esquerda. Essa história foi marcada pela trajetória do *Núcleo Negro Socialista*.

Nesse contexto, como uma vertente da luta antirracista, surgiu em 1978 o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente denominado *Movimento Negro Unificado (MNU)*.

Entre 1975 e 1978, várias lideranças negras se aproximaram das organizações de esquerda, cuja experiência no interior da Convergência Socialista levou ao surgimento do Núcleo Negro Socialista.

Segundo Hamilton Bernardes

Cardoso, ativista político da época, o Núcleo Negro Socialista idealizou o MUCDR. Esse projeto político foi criado estrategicamente pelas tendências trotskistas Liga Operária e Fração Bolchevique, que acabaram fundindo-se na Convergência Socialista (1974).

A Liga Operária desenvolvia uma política de atrair negros para a tendência trotskista. Esse processo foi impulsionado no final da década de 1970 com o crescimento dessa tendência na África do Sul e na Guiné-Bissau e a relativa expressão que teve nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.

Em São Paulo, alguns militantes negros da Liga Operária que atuavam no meio universitário do eixo São Paulo-Campinas-São Carlos e alguns jornalistas do *Jornal Versus*, com o propósito de intervir na luta contra o racismo, formaram o Núcleo Negro Socialista.

O projeto idealizado pelo Núcleo Negro Socialista apontava para um movimento que aglutinasse não só o negro, mas todos aqueles que sofrem discriminações: negros, mulheres, indígenas, entre outros,

o que explica a denominação inicial Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR). O objetivo fundamental era legitimar a luta contra o racismo no plano sociopolítico, fortalecer a consciência negra na sociedade brasileira e oferecer formação política para as lideranças negras.

Quanto à sua estrutura, o MUCDR constituía centros de luta formados por negros e núcleos de apoio dos outros movimentos sociais de composição multirracial. O caráter nacional dessa proposta foi efetivado a partir da estratégia da Liga Operária de buscar lideranças negras nos vários estados brasileiros, o que possibilitou a formação de núcleos negros socialistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A articulação nacional foi realizada por intermédio das comissões estaduais e de um boletim de divulgação interno que informava a conjuntura política e o processo organizativo dos demais movimentos sociais.

Com a movimentação de negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi fundada no dia 18 de junho uma

organização de combate à realidade de discriminação racial, o MUCDR. A assembleia de fundação, realizada em São Paulo, deliberou pelo lançamento público do movimento unificado. A ideia era sair às ruas com um ato de protesto ao quadro das desigualdades sociorraciais.

Essa deliberação foi polêmica. A proposta do Núcleo Negro Socialista paulista não foi consensual, recebeu a oposição de militantes de uma entidade cultural do Movimento Negro, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), fundado em 1970. O Núcleo Negro e o Cecan avaliavam a conjuntura política com pontos de vista diferentes. A divergência básica consistia em ser ou não aquele o momento propício para explicitar a luta contra o racismo e, principalmente, seu caráter socialista, na medida em que a época era ditatorial e de suspensão das garantias individuais.

O Cecan propôs não sair às ruas como forma de repudiar o 13 de Maio e a falsa abolição. O Núcleo Negro Socialista, ao contrário, propunha sair às ruas e apresentar uma visão crítica sobre o que fora a abolição da escravatura, exatamente

para quebrar o papel benevolente da princesa Isabel que sustentava o mito da democracia racial.

A proposta do Núcleo Negro Socialista foi vitoriosa, e o 13 de Maio entrou no calendário do Movimento Negro Brasileiro como Dia Nacional de Luta contra o Racismo. Cabe salientar que, como contraponto, foi escolhido o dia 20 de novembro como elemento mítico para fortalecer a luta da população negra, que ficou conhecido como Dia Nacional da Consciência Negra. Essa proposição, também do Núcleo Negro Socialista, tinha um objetivo: ampliar no Brasil a consciência social contra o racismo, de forma que, cada vez mais, os não negros pudessem assumir e defender a melhoria da condição social dos negros brasileiros. Na verdade, era uma política voltada para uma sociedade plurirracial, buscando resgatar e valorizar a memória de Zumbi dos Palmares.

Em junho de 1978 aconteceram dois episódios que anteciparam o ato público de lançamento do MUCDR. A imprensa paulista divulgou tratamento discriminatório a quatro atletas negros impedidos de frequentar o Clube de Regatas Tietê

de São Paulo e a violência policial que levou à morte o operário Robson Silveira da Luz. Essas circunstâncias motivaram protesto, mobilização e repúdio público contra o racismo na sociedade brasileira.



No dia 7 de julho de 1978, o MUCDR e várias entidades negras organizaram um ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a presença de 3 mil pessoas, em repúdio à discriminação racial. Nas palavras do MNU,

[...]a discriminação racial, o desemprego e a violência policial fundamentavam seu surgimento e legitimavam sua organização, buscando conscientizar a comunidade negra e chamar a atenção da sociedade brasileira para a questão do racismo [...] (MNU, 1988).

A proposta do ato público foi apoiada por outros estados. Organizações negras como Escola de Samba Quilombo, Renascença Clube, Centro de Estudos Brasil-África, Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, Núcleo Negro Socialista do Rio de Janeiro, Grupo Negro da Bahia e militantes de Minas Gerais estiveram presentes ao ato ou enviaram moções de apoio. Em 7 de julho de 1978 essas entidades negras explicitaram à sociedade brasileira novo modelo de luta para o combate ao racismo.

Entre a formação do MUCDR e a consolidação do MNU, primeira entidade de caráter nacional do Movimento Negro Contemporâneo, ocorreu um período de grande polêmica e reação ao projeto do Núcleo Negro Socialista, o qual avaliou a realização da primeira assembleia

do MUCDR apontando os seguintes fatos:

“[...] foi realizado em São Paulo, no dia 27 de julho, uma Assembleia Nacional do MUCDR, com a participação de diversas entidades do interior paulista, dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com quase 350 pessoas. Nessa assembleia, definiu-se um programa mínimo para o movimento unificado, que abarcava desde a luta por melhores condições de vida até a libertação nacional. O único grupo a se posicionar como socialista foi o Núcleo Negro de São Paulo e do Rio de Janeiro. Houve muita resistência a esse posicionamento [...] (NÚCLEO NEGRO SOCIALISTA, s/d).

Na II Assembleia Nacional do MUCDR, em setembro de 1978, na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, o projeto do Núcleo Negro Socialista começou a sofrer alterações em função daquelas divergências. Segundo a avaliação do próprio Núcleo Socialista, o resultado final da assembleia foi à inclusão da palavra “negro” na sigla e a supressão da referência “contra a

discriminação racial”. Desse modo, a denominação passou a ser Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e, no I Congresso Nacional do MUCDR, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1978, que reuniu delegados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, o nome foi simplificado para MNU.

Mais do que uma mudança de sigla, essa alteração anunciou novos rumos no encaminhamento da luta antirracismo no campo da esquerda e cada vez mais se aproximam do projeto político-partidário.

De todo modo, a experiência do Núcleo Negro Socialista foi relevante na história da organização da luta do movimento negro pós-1978. Estreitou os laços entre marxismo e racismo, na medida em que aproximou a perspectiva de combate ao racismo da teoria de classe, despertou a consciência negra dos ativistas das organizações de esquerda, fortaleceu o setor do movimento negro brasileiro que ficou mais à esquerda e aproximou esse setor da experiência político-partidária do Partido dos Trabalhadores.

O PT e a Questão Racial



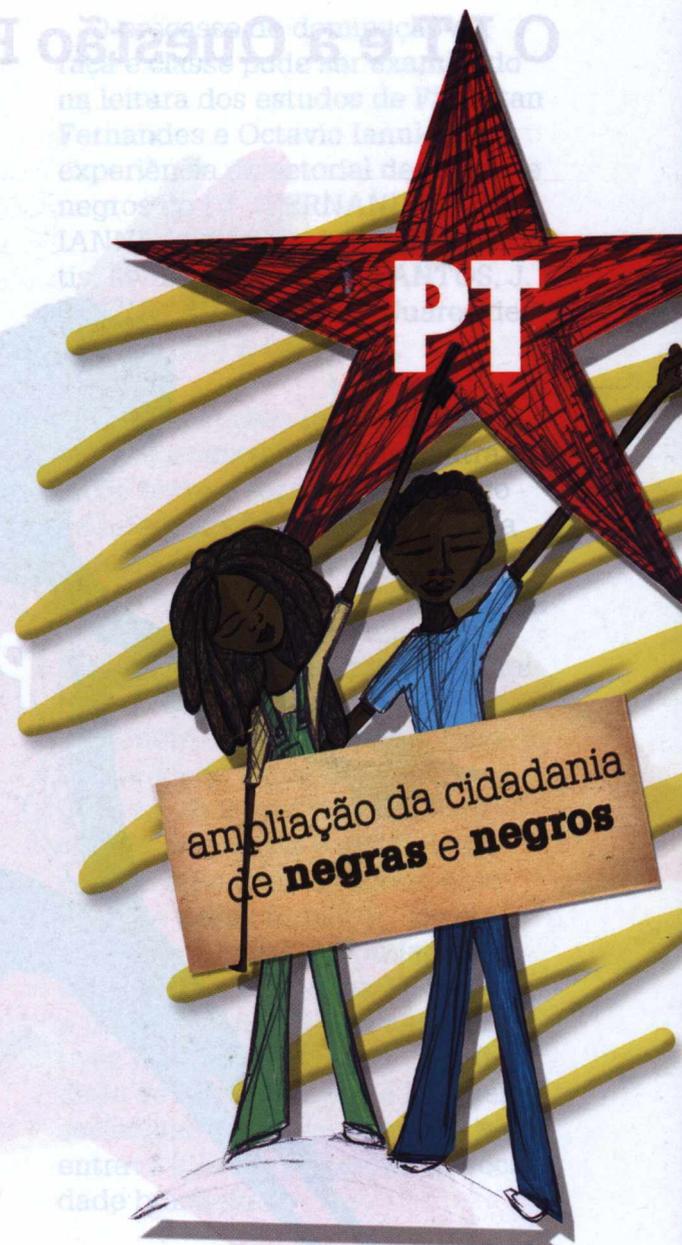
O Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores são contemporâneos dos anos 1980. Partido de massas, o PT nasceu do desejo de representação política de milhares de trabalhadores que lutaram, nos movimentos sindical e popular, por direitos e liberdade no Brasil. Comprometido com a emancipação dos trabalhadores, com as liberdades democráticas, com a superação da discriminação contra negros e mulheres, com a superação do capitalismo e com a construção de um socialismo democrático, o PT buscou construir-se à imagem e semelhança da sociedade pela qual lutava. Assim, suas portas estavam abertas à participação dos ativistas negros do movimento sindical, estudantil, eclesial de base católica, movimento negro, lideranças de expressão nacional e representativas dos vários estados brasileiros, que deram o ponta-pé inicial na organização dos negros e negras e na abordagem da questão racial. Ele abriu as portas para o setor mais à esquerda do Movimento Negro Brasileiro.

A história do PT é pontuada pela ampliação da cidadania de negras e negros. Tem sua a marca a criação da primeira Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (1995). O partido teve e tem grandes expressões parlamentares, como Benedita da Silva (RJ) e Paulo Paim (RS). Quando chegou ao governo federal (2002) – com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva –, instituiu no primeiro escalão ministerial a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003). Os três importantes aspectos indicados mostram que o PT, no âmbito da construção partidária, da via parlamentar e da gestão de política pública, criou espaços de reflexão, elaboração e atuação, o que lhe conferiu papel estratégico no combate ao racismo e no avanço efetivo da luta por igualdade racial e democratização da sociedade brasileira.

Ao longo dos últimos trinta anos, negros e negras têm se organizado setorialmente no PT e aprimoraram a interlocução com o partido, intensificando o debate teórico entre as categoria de raça, classe e gênero, sobretudo radicalizando os conceitos da democracia

e do socialismo. Essa interlocução seguiu um ritmo às vezes moderado, outras vezes bastante truncado, geralmente reivindicativo e crítico, o que por vezes gerou tensão e conflitos ideológicos na condução dessa luta. Mas é assim que se constrói a democracia no PT e na sociedade.

Desde sua fundação, encontramos nos discursos, documentos e programas do PT o compromisso partidário com a superação das desigualdades das relações raciais expressas em palavras como “defesa da questão racial”, “questão do negro”, “defesa da auto-organização de negros e negras”, “luta contra o preconceito” “combate ao racismo”, “políticas públicas com recorte específico”, “promoção da igualdade racial” ou “o negro e o socialismo”. , Essas palavras representam o desenvolvimento da luta de combate ao racismo no interior do PT, o aprendizado conceitual de cada uma delas, a despeito dos erros e acertos de cada petista, e a expansão nacional dos organismos institucionais e de uma agenda mínima da defesa da cidadania de negras e negros, nem sempre no mesmo ritmo do crescimento nacional do Partido dos Trabalhadores.



O desenvolvimento ou a evolução da luta de combate ao racismo no PT pode ser mais bem compreendido a partir de três fases distintas.

Primeira fase: mobilização específica da questão racial (1979-1989)

É a fase intensa de mobilização e filiação de negros e negras ao Partido dos Trabalhadores. Inicia-se com as articulações para a organização setorial dos negros. Nessa período, o PT realizou dois encontros nacionais intitulados “O PT e a questão racial”, um no Distrito Federal e outro em Vitória, no Espírito Santo, e a organização dos negros se expandiu para além do estado de São Paulo, berço do nascimento do partido, o que permitiu que fosse assumido compromisso eleitoral com a comunidade negra.

O PT reconheceu a importância da luta antirracista – “Declaração Política” (1979) e na “Carta Manifesto do PT” (1980) –, com a leitura classista da participação dos negros na sociedade brasileira, ao afirmar

que os negros são um dos “setores explorados” e participantes das “lutas populares”. Essa atitude demonstrou que o partido circunscrevia a luta antirracista no bojo das lutas por liberdades democráticas.

Na 1ª Convenção Nacional (1981), realizada em Brasília, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu a existência da organização popular de interesse específico dos negros e mulheres, mas o discurso não ecoou por toda a convenção. O programa ali aprovado deu um passo atrás ao incluir o tema sob o guarda-chuva conceitual de minoria, apesar da forte pressão política da militância antirracista. Na época do surgimento do PT, com ampla base sindical e popular, os movimentos sociais que tratavam de questões sociais específicas eram identificadas como setores minoritários. Prevalencia o conceito de minoria, que na prática significava a incorporação dos temas relativos aos negros, mulheres e homossexuais ainda de forma genérica.

As particularidades históricas e organizativas de cada uma dessas lutas e movimentos não eram ainda assumidas.

A mobilização setorial de negros e negras no PT se inicia em 1982. As comissões estaduais de negros, com o apoio político da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, realizou encontros específicos sobre a questão racial para definir plataforma mínima de ação e a unidade partidária em torno do programa de combate ao racismo com a cara do PT.

Em cada estado as comissões de negros evoluíram de acordo com a expressão política regional do PT e a história do movimento negro comprometido com a construção de um projeto partidário. Esses fatores contribuíram para a maior ou menor adesão à luta setorial dos negros. Nos anos 1980, as Comissões de Negros do PT se expandiram para São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal.

Nessa trajetória, nem tudo são flores, e para ilustrar esse aspecto destacamos duas questões polêmicas e importantes travadas nos encontros para definir os vínculos entre partido e movimentos sociais: a autonomia e o suprapartidarismo. A autonomia do movimento negro foi tema polêmico, na medida em que

era muito forte a ideia de que o PT carecia de uma visão antirracista mais contundente e a mobilização de negras e negros não poderia ser apenas uma correia de transmissão dos interesses presentes do jogo eleitoral, concepção que era marca generalizada dos partidos populistas e conservadores. O PT, por ser um partido de massas, democrático e socialista, investiu na definição de uma política de ação capaz de garantir a ampliação da cidadania de negras e negros.

A relação entre movimentos sociais e partido político ainda engatinhava, assim como as alianças políticas. O movimento negro, por sua natureza suprapartidária, questionava qual deveria ser o papel do PT no combate ao racismo. De qualquer modo, o partido apoiou a primeira mobilização nacional dos negros através do órgão denominado Subsecretaria Nacional do Negro do PT vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

O comprometimento do PT com a questão racial foi uma conquista dos ativistas negros e negras, que reivindicaram a inclusão da temática nos manifestos, encontros,

programas eleitorais, instâncias e espaços partidários, ajudando a fortalecer, dessa maneira, a democracia interna do partido. Nessa fase inaugural, Lélia Gonzalez, do Movimento Negro Unificado e ativista do movimento de mulheres negras e do PT-RJ, foi a primeira mulher negra eleita no Diretório Nacional do PT (1981 a 1984).

Esses companheiros e companheiras foram sujeitos da história da fundação do PT e zeladores de uma trajetória com forte traço de afro-brasilidade ou afrodescendência. Realizaram uma grande tarefa – destacar a questão racial do conjunto das lutas sociais – e todos contribuíram, a seu modo, para a história da organização dos negros e negras no PT.

No II Encontro Nacional do PT (1982), no Instituto Sede Sapientiae, em São Paulo, encontramos na Plataforma Nacional do PT, cujo lema era Terra, Trabalho e Liberdade, a defesa da situação dos trabalhadores brasileiros. Na dinâmica das plataformas eleitorais, o partido fincou compromisso com a luta por igualdade e o fim da discriminação, por entender que no Brasil “o pre-

conceito é real e os negros não têm os mesmos direitos que os brancos – e, antes de tudo, são tidos como suspeitos e marginais”.

O I Encontro Nacional “O PT e a questão racial”, entre 20 e 22 de março de 1987, no Distrito Federal, abriu um canal de interlocução para que o partido conhecesse as primeiras propostas de políticas especiais para a questão racial e outras referentes à questão internacional, precisamente aquelas em defesa da libertação da África do Sul e Namíbia.

Nos encontros, convenções e congressos do PT – os espaços de decisão partidária –, havia disputa e consensos para garantir o diálogo e a unidade na frente de luta de todos os trabalhadores. Com idas e vindas, a participação popular e a unidade petista cresciam entre as lutas por liberdades democráticas, eleições livres, nas greves por melhoria salarial, nas reivindicações contra a carestia, por creche, educação, saúde e transporte público de qualidade, livre opção sexual, igualdade de gênero e raça.

Na efervescência das greves dos trabalhadores e do novo sindicá-

lismo que denunciava o arrocho salarial e o crescente desemprego, herança da década perdida, o PT saiu em defesa dos trabalhadores. Sobre a reação dos ativistas negros nessa conjuntura contra o racismo no mercado de trabalho ainda pouco se falou.

O II Encontro Nacional "O PT e a questão racial", entre 26 e 28 de agosto de 1988, em Vitória (ES), respirou a atmosfera do Centenário da Abolição da Escravatura e a mobilização popular por uma Constituinte Democrática. Também acompanhou as deliberações IV Encontro Nacional do PT (1986) favorável à convocação da Assembleia Nacional Constituinte e recomendou aos parlamentares negros participar e assegurar as conquistas dos trabalhadores. As conquistas relativas à ampliação da cidadania dos trabalhadores negros teve a marca da intervenção do PT.

Na Constituinte de 1988, Benedita da Silva (RJ) e Paulo Paim (RS), à época expressões parlamentares entre os dezesseis deputados constituintes do PT no Congresso Nacional, atuaram na Comissão de Ordem Social. Benedita da Silva

dedicou-se à Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias e à Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; e Paulo Paim à Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Ambos garantiram a intervenção do PT nas comissões temáticas.

Diga-se de passagem, a Plataforma Nacional do PT intitulada Terra, Trabalho e Liberdade, que em 1982 se posicionou contra a concentração de riqueza e saiu em defesa do direito a terra para os trabalhadores rurais, não havia ainda se referido às terras dos quilombos. Já em 1988, com a participação dos parlamentares petistas, esse fato ganha notoriedade e um marco legal, com o artigo 68 da Constituição, em defesa da titulação das terras de remanescentes de quilombos. Outra participação constitucional importante resultou na frente parlamentar que criminalizou o racismo por meio da Lei Caó.

O IV Encontro Nacional (1986) apresentou uma concepção sindical no documento "Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 1986-1988". A concepção rela-

tiva ao modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, bem como à constituição das classes sociais no Brasil, ainda não considerava o escravismo e o processo de abolição como situações históricas responsáveis por desigualdades e exclusão de negros e negras da força de trabalho nacional. O que não diminuiu a expectativa e a esperança no aprofundamento do debate e a compreensão dos vários mecanismos de exclusão intrínsecos ao capitalismo, sobretudo as desigualdades baseadas na hierarquia de raça e gênero. Esta, arraigada no interior da classe trabalhadora, impedia que PT se transformasse na expressão política daqueles segmentos.

Posteriormente, ao longo dos anos 1990 as centrais sindicais brasileiras foram incorporando a luta contra a discriminação dos negros no mercado de trabalho. Entre as moções aprovadas no IV Encontro Nacional do PT, há uma em repúdio ao "apartheid" na África do Sul.

Na conjuntura de forte oposição ao governo Sarney e no ano do Centenário da Abolição (1888-1988), o PT debateu as condicionantes da integração do negro na sociedade

de classe a partir da atuação conjunta do deputado federal Florestan Fernandes (SP) e dos ativistas negros e negras do PT.

No V Encontro Nacional do PT (1987), o Partido, representado por seus delegados, denunciou a farsa da abolição e, consequentemente, reconheceu a condição de desvantagem social dos trabalhadores negros no mercado de trabalho, na educação e a violência policial contra a juventude. O PT criou a Comissão Nacional Petista do Centenário. Integravam-na os parlamentares Benedita da Silva, eleita membro do Diretório Nacional no V Encontro Nacional do PT, o deputado federal Florestan Fernandes e os ativistas da Subsecretaria Nacional de Negros. O Partido se posicionou publicamente contra os preparativos festivos do Centenário da Abolição do governo Sarney e denunciou como uma farsa a tese da democracia racial no Brasil. Orientou seus militantes a lutarem contra o racismo para chegarmos a uma sociedade mais justa.”

Para Florestan Fernandes, no ano do Centenário da Abolição o PT não poderia adotar uma postura festiva

frente às comemorações oficiais, e sim fazer a celebração proletária da abolição. Convidou os petistas a encarar a questão e refletir sobre as relações entre raça e classe na sociedade brasileira e o papel revolucionário do movimento negro.

No mesmo ano, a Subsecretaria Nacional de Negros entrou na disputa interna do PT e apresentou uma candidatura própria ao cargo de vice na chapa Lula Presidente, nas eleições de 1989.

Segunda fase: a institucionalização da luta de combate ao racismo (1990-1995)

Nessa fase Partido dos Trabalhadores realizou dois encontros nacionais de negros e negras e garantiu que a mobilização em torno da “questão racial” mudasse de qualidade e ampliasse seu patamar de intervenção para o combate ao racismo. O PT institucionalizou o setorial de combate ao racismo e apoiou a participação popular na I Marcha Zumbi contra o Racismo e pela Vida e Cidadania, em comemoração ao ano do tricentenário

da morte de Zumbi dos Palmares e denúncia do recrudescimento do racismo pelo neoliberalismo.

A cada Encontro Nacional do PT o debate sobre a questão racial ganhava maior visibilidade. Em São Paulo, o VII Encontro Nacional (1990) afirmou que o racismo não era apenas um problema dos negros, e sim uma questão nacional. Foi dado o ponta-pé inicial para que todos os petistas, desde os militantes dos núcleos de base até a direção do partido, assumissem a luta de combate ao racismo como uma tarefa de todos os setores e secretarias do PT. A responsabilidade política de transformar a sociedade brasileira e derrubar as barreiras econômicas, sociais e culturais que impedem a mobilidade da população negra agora era de todos, brancos e negros, homens e mulheres, base e direção partidária, movimentos sociais e governo, em toda esfera de influência do PT. No ano do tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares o herói da consciência negra é elevado à categoria de herói nacional. No confronto com a mentalidade escravocrata das forças conservadoras das elites brasileiras aprendemos

a lição: eliminar o racismo em sua dimensão nacional era um grande desafio e era necessário mudar o Brasil para construir o caminho da igualdade para todos.

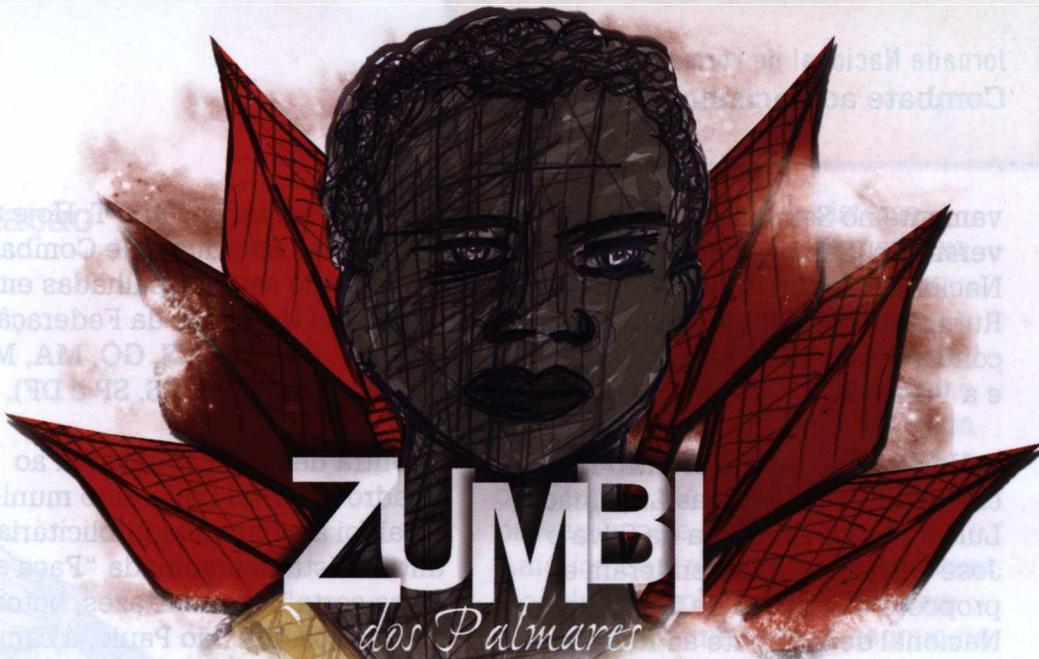
Nos anos 1990, os ventos do neoliberalismo sopraram fortemente e impulsionaram a luta dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda nas ruas para manifestar a oposição popular. O ano de 1995 terminou com mais de 30 mil negros e negras na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, exigindo políticas públicas efetivas contra a exclusão social e contra o genocídio da população negra. Eram essas as reivindicações da I Marcha Zumbi contra o Racismo pela Cidadania e a Vida. Em resposta a essa mobilização nacional, o governo federal de FHC, em diálogo com grupos de negros e negras apoiadores de sua gestão, hoje denominado Tucanafro, implantou no Ministério da Justiça o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, sob a coordenação do professor Hélio Santos.

O X Encontro Nacional do PT (1995), realizado em Guarapari

(ES), homenageou o tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e reconheceu a vitalidade dos setoriais, entre os quais o setorial dos negros. Seguindo a nova regulamentação estatutária, o encontro setorial dos negros ganhou novo nome e novo formato. Seria denominado por seus protagonistas, as negras e negros, e não mais como antes, Encontro "O PT e a questão racial", e a instância partidária máxima de deliberação passou a ser a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Estava aberta a participação de negros e brancos comprometidos com o combate ao racismo.

Na conjuntura das comemorações tricentenário da imortalidade

de Zumbi, sob forte intervenção do movimento negro brasileiro o partido realizou o III Encontro Nacional de Negros do PT (1995), entre 21 e 23 de julho, em Belo Horizonte/MG. As propostas abrangiam desde a reparação para o povo negro, porque a escravidão era tida como um crime contra a humanidade, até a criação e estruturação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, além de temas como a ampliação do debate de gênero e raça no cenário internacional da 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim; o Brasil como sede do 1º Congresso Continental dos Povos Negros das Américas; apoio à mobilização dos estudantes e quilombolas, respecti-



vamente no Seminário Negro Universitário (Senun) e no 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, a 1ª Marcha Nacional Zumbi contra o Racismo e pela Cidadania e a Vida.

No plenário do X Encontro Nacional do PT os petistas Luiz Inácio Lula da Silva, Benedita da Silva e Jose Oliveira (PE) defenderam a proposta de criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e foram vitoriosos. Esse fato marcou a intervenção setorial na construção partidária e um plano de ação para o combate ao racismo.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo realizou o IV Encontro de Negros do PT (1996) na cidade Cajamar (SP), de 26 a 28 de janeiro. Elegeu Flavio Jorge R. Silva ao cargo de secretário nacional de Combate ao Racismo e seu respectivo coletivo. A partir dessa data, o secretário eleito passou a integrar a Direção Nacional do PT, com direito a voz. A eleição de um dirigente em fórum específico foi uma grande novidade partidária, na medida em que deixou o setorial fora das disputas entre tendências que até então animavam a escolha

das representações no PT. Hoje as Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo estão espalhadas em dezesseis Unidades da Federação (AC, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PR, PI, RJ, RS, SP e DF).

Outra deliberação relativa ao quadro eleitoral no âmbito municipal foi a campanha publicitária antirracista denominada “Faça a coisa certa”, com cartazes, botons e adesivos. Em São Paulo, a campanha despertou a atenção do eleitorado para o “voto racial” e para o oportunismo político da candidatura de Celso Pitta – economista, negro, paulistano – à Prefeitura de São Paulo, lançada pela liderança conservadora de Paulo Maluf. Ao utilizar o título do filme do cineasta afro-americano Spike Lee *Faça a Coisa Certa*, a campanha alertava a comunidade negra sobre os riscos de vincular o voto racial ao projeto de Paulo Maluf. Celso Pitta foi eleito.

A experiência política do prefeito Celso Pitta, sustentada por uma aliança neoliberal e conservadora e com o apoio de setores do movimento negro contemporâneo, contribuiu para configurar a era do

pensamento “pós-moderno”, que relativiza a centralidade da luta de classes nas mudanças sociais e desestimula a participação popular organizada nos partidos políticos. Em seu lugar, repõe sistematicamente a falsa ideia de que entre a direita e a esquerda o que importa são os interesses da população negra.

Cabe chamar a atenção dos ativistas antirracistas para o fato de que o fragmento ideológico sempre procura ocultar o ascenso da consciência negra no campo da esquerda. Em uma conjuntura adversa para a população negra, a tendência daquele pensamento é colocar um véu sobre as diferenças ideológicas entre os projetos de sociedade em disputa a fim de vender a ideia de que em toda gestão pública, seja conservadora, seja progressiva, haverá ineficácia na condução da cidadania da população negra. O que legitimaria uma participação em qualquer uma, desde que ofereça espaço político.

O XI Encontro Nacional do PT (1997), no Rio de Janeiro, aprovou resoluções políticas relativas aos direitos humanos e à segurança

pública, visando responder a um problema histórico e ultrajante: a violência policial contra negros no país. Grande desafio ainda para os governos do Partido dos Trabalhadores. Na década de 1990, os negros e negras enfrentaram ao lado do PT, dos movimentos sociais e demais partidos de esquerda a conjuntura neoliberal.



Terceira fase: nacionalização da política de combate ao racismo (1995-2000)

Nessa fase o PT realizou três encontros nacionais de negros e negras, integrou a delegação brasileira da 3ª Conferência Mundial contra o racismo, em Durban, fortaleceu a organização da juventude negra na luta contra o genocídio e, nas eleições, reafirmou em seu programa eleitoral políticas públicas específicas para o combate ao racismo.

O V Encontro Nacional de Negros e Negras do PT (1997), de 8 a 10 de agosto, em Cajamar/SP, trouxe para o interior do partido o tema das políticas públicas específicas, também denominadas de políticas de ação afirmativa. Nesse mesmo ano foi realizado o seminário nacional “Partidos dos Trabalhadores e a Questão Racial: Relações Raciais e Políticas Públicas”, em Campo Grande (MS), para definir o posicionamento sobre a política de ação afirmativa do governo FHC.

A sociedade brasileira, sobretudo após a 3ª Conferência Mundial

contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul (2001), incorporou o debate, na medida em que o Brasil foi signatário do Plano de ação de Durban. A delegação brasileira, uma das maiores, foi chefiada por Benedita da Silva. O Ipea, órgão de pesquisa econômica e estatística nacional, intensificou diagnósticos sobre as relações raciais para fundamentar a participação brasileira em Durban. Após a conferência, acirrou-se o debate sobre a eficácia das políticas universais na gestão pública como instrumento de democratização do acesso da juventude negra, por exemplo, às universidades públicas. A chamada política de ação afirmativa popularizada como “política de cotas” se transformou no projeto de Lei nº 6.264/2005 do Senado Federal. Originariamente, o projeto foi apresentado à Câmara Federal por Paulo Paim. De lá para cá, recebe modificações e tramita no Congresso Nacional. Já foi aprovado na Câmara Federal e atualmente aguarda votação no Senado. Setores conservadores da sociedade brasileira, na mídia, em universidade com representação no Parlamento fazem forte oposição as

políticas de ação afirmativa.

Nos 20 anos do partido, o Encontro Nacional Extraordinário do PT (1998), em São Paulo, anunciou o fim de um ciclo histórico e definiu novas perspectivas para as eleições presidenciais de 1998. Aprovou uma política de alianças mais ampla no campo democrático e popular, reunindo todos os setores da sociedade que sofrem formas específicas de discriminação, em torno da oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao neoliberalismo e aos partidos de direita.

O programa do governo Lula 98 avançou na área dos direitos humanos. Na da segurança, apresentou proposta de unificação e desmilitarização da polícia e o fim da Justiça Militar como condição para combater a violência policial. Na área da cidadania, comprometeu-se a garantir a todos os brasileiros a igualdade e o respeito à diferença de gênero, etnia, raça, idade, opção sexual, condição física e mental. As diretrizes para o programa de governo Lula 98, definidas no Encontro Extraordinário, reafirmou o compromisso em defesa da melho-

ria da qualidade de vida da população negra.

Passados vinte anos do PT, chegou o momento de a juventude negra demonstrar sua força e engajamento. O VI Encontro Nacional de Negros e Negras do PT (1999), entre 30 e 31 de outubro, em Cajamar (SP), ficou marcado pela forte atuação da juventude negra e aprovou o documento "O Combate ao Racismo no PT é outra História". Carlos Porto, secretário estadual de Combate ao Racismo de Mato Grosso do Sul, foi eleito secretário nacional de Combate ao Racismo para o mandato 1999-2001.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) estimulou a organização da juventude negra através dos grupos de trabalho e seminários nacionais. Segundo avaliação do IV Seminário Nacional de Juventude (2008), realizado em São Paulo, o GT da Juventude Negra surgiu no interior da SNCR porque não encontrou canal de expressão na Secretaria de Juventude do PT.

O II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (1999), em Belo Horizonte, incorporou

demandas do VI Encontro de Negros e Negras, principalmente os temas referentes à exclusão de negros e negras decorrente do neoliberalismo e uma política especial para a juventude negra. Após a participação na Marcha Zumbi + 10 (2005), a juventude negra conquistou mais um espaço de articulação nacional ao realizar na Bahia o Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune), em 2007. Durante o encontro, o processo de mobilização de jovens negros petistas iniciado em 1998 culminou na fundação da Juventude Negra 13 (JN13). Um espaço próprio para seu protagonismo e a defesa da política pública de combate ao racismo em suas diversas manifestações. Se junta a esse quadro a mobilização das jovens negras no Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT (2008).

Outra importante medida aprovada no II Congresso Nacional foi a reforma estatutária que introduziu o processo de eleição direta (PED) das direções partidária, modificando o processo da democracia interna do PT. Até então, os Encontros Nacionais setoriais eram instâncias máximas deliberativas do partido.

Sob a regulamentação do PED, o VII Encontro Nacional de Negros e

Negras do PT (2001), nos dias 12 e 13 de outubro, em Guarulhos (SP), elegeram Martvs Chagas e o respectivo coletivo nacional para a direção da SNCR no período (2002-2007). Sua gestão implantou estratégia coletiva de inserção pragmática da luta antirracista dentro e fora da máquina partidária. A interlocução com a Direção Nacional do PT, então feita mediante direito a voz, passou a ter direito a voz e a voto.

A SNCR realizou, em parceria com o Núcleo de Parlamentares Negros do PT (Nupan), cinco seminários regionais com o objetivo de subsidiar o programa de governo Um Brasil para todos – Lula Presidente. Deu grande visibilidade publicitária à luta antirracista ao criar o símbolo que marcou toda a campanha eleitoral do então candidato Lula a Presidência, em 2002. O menino negro abraçado à estrela do PT marcou a peça publicitária “Um voto com raça e com classe”.

O século XXI nasceu sob o signo da reação à globalização neoliberal. A cada ano aumentava a esperança em outro mundo possível, com desenvolvimento social e igualdade. O XII Encontro Nacional do PT (2001),

em Recife, aprovou a resolução política “Um outro Brasil é possível”, na perspectiva de o projeto democrático-popular derrotar FHC. A plataforma eleitoral de 2002 novamente firmou um compromisso eleitoral com a população negra.

Quarta fase: gestão pública para a promoção da igualdade (2002-2010)

O PT, que desde a campanha eleitoral de 1989 seguiu em frente na disputa para a Presidência, chegou ao governo federal trazendo as propostas de defesa da igualdade de raça e gênero. Criou a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e ampliou a participação dos negros e negras nos altos escalões. A gestão pública sob a égide da igualdade, entre outras realizações, instituiu o Plano Nacional da Igualdade Racial (2007) e liderou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, apesar da oposição conservadora do DEM.

Entre os projetos dos partidos políticos em defesa da população negra, o Programa de Governo “Brasil sem racismo”, da Coligação

Lula Presidente (2002), destacou-se por sua identidade com a luta e resistência negra e por sua convicção de que somente num outro Brasil seria possível construir o caminho da emancipação das negras e negros. Reconheceu perante toda a nação que é indispensável superar a dívida social que há mais de quinhentos anos deixa a população negra refém da violência e das injustiças sociais. Assim, o Programa de Governo “Brasil sem racismo” apresentou aos brasileiros diretrizes governamentais importantes:

- o combate às desigualdades econômicas e sociais como condição necessária para garantir a todos os brasileiros e brasileiras o status de cidadãos;
- programa de políticas específicas para a igualdade entre homens e mulheres, entre negros e brancos;
- política externa ativa com a África, reconhecendo a enorme dívida histórica com o continente.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência em 2002, os compromissos da campanha eleitoral foram cobrados e os resultados foram satisfatórios.

No período de transição de governo, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) garantiu a efetivação do compromisso eleitoral com a comunidade negra: criar no âmbito ministerial um organismo de poder específico para as demandas da população negra. Essa proposição eleitoral foi resultado do acúmulo de força e pressão dos sete encontros nacionais de negros e negras realizados desde a fundação do PT. Todas as negociações e interlocuções passaram pela articulação da SNCR com o PT, em que pesem o protagonismo e a força social do movimento negro contemporâneo nessa construção histórica.

Definitivamente, para marcar as comemorações do 21 de Março – Dia Internacional pela Eliminação das Desigualdades Raciais, a Lei nº 10.678/2003 instituiu a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República (Seppir-PR), pela primeira vez na história do Poder Executivo federal foi criado um órgão com atribuições específicas de promover a igualdade e proteger os grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, sobretudo a popula-

ção negra.

Matilde Ribeiro, ativista do movimento negro, movimento de mulheres negras e do PT, foi nomeada para a Seppir depois de um período de especulações e negociações. Entrou para a história do PT como a primeira mulher negra a ocupar um cargo de primeiro escalão na história da República brasileira. Deixou sua marca administrativa na política da transversalidade da promoção da igualdade como alternativa ao enfoque exclusivista da política pública universalista, que tradicionalmente não tem a cara população negra. Ocupou esse cargo no governo Lula entre 2003 e 2008.

No corpo ministerial do governo Lula havia o maior número de negros e negras na história do Brasil. Benedita da Silva na pasta da Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social, com status ministerial, durante o ano de 2003. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente até 2008. O cantor e compositor Gilberto Gil, no Ministério da Cultura. Orlando Silva Jr., no Ministério do Esporte. Joaquim Barbosa, ministro do Supremo Tribunal Federal. A estratégia era garantir

espaço de poder para fazer avançar as políticas públicas contra todas as formas de discriminação.

O segundo governo Lula, após a vitória nas eleições presidenciais de 2006, manteve os compromissos com as políticas setoriais do PT. A SNCR, ressalte-se, acompanhou de perto o Programa de Governo Lula Presidente (2007-2010), referendado no III Congresso do PT (2007).

Na história da República brasileira, o governo Lula ficou marcado como o de maior credibilidade e sucesso eleitoral dos últimos tempos. Cumpriu boa parte dos compromissos eleitorais anteriormente assumidos. Efetivou o projeto de governo democrático-popular ao promover reformas no modelo neoliberal. Por meio dos programas sociais, conseguiu aumentar os índices de distribuição de renda e incluir segmentos secularmente desfavorecidos, como os pobres, negros, nordestinos, mulheres, indígenas, entre outros. Na área da educação, ampliou enormemente o acesso da juventude ao ensino superior através do ProUni, chegando ao índice de atendimento de 1 milhão de jovens das camadas populares.

Intensificou a participação política de cerca de 4 milhões de brasileiros através das conferências municipais, regionais, estaduais e nacional.

A grande tarefa da Seppir no segundo mandato do governo Lula, sob a gestão de Edson Santos (2008-2009) e de Eloi Ferreira Araújo (2010), resultado da participação da sociedade civil engajada na luta antirracista das duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, realizadas em 2005 e 2009.

Outro desafio foi a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Igualdade Racial, ocorrida em julho de 2010, depois de várias alterações do projeto original apresentado por Paulo Paim (PL nº 3.198, de 2000).

Com a regulamentação legal os partidos políticos passam a ser obrigados a destinar aos negros 10% de suas vagas para candidaturas nas eleições. Exige que o sistema público de saúde se especialize no tratamento e prevenção das doenças de maior incidência na população negra. Na educação, passa a ser obrigatória a inclusão no currículo do ensino fundamental de aulas sobre história geral da África e do negro no Brasil.



Outra novidade é o incentivo fiscal que o governo poderá dar a empresas com mais de 20 funcionários que decidirem contratar pelo menos 20% de negros.

De volta à democracia interna do PT, em 2007 foi realizado em São Paulo o VIII Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, que elegeu à direção da SNCR uma mulher jovem, Maria Aparecia Abreu, e um coletivo nacional para o período (2007-2012), garantindo a participação no Diretório Nacional, com direito a voz. Ela foi a primeira mulher negra eleita à direção da SNCR depois da gestão interina de Sonia Regina de Paula Leite, integrante do coletivo nacional e ativista da organização de mulheres negras de São Paulo, que ocupou o cargo no ano de 2007 em substituição a Martvs Chagas.

A SNCR foi atuante na campanha eleitoral de sucessão do presidente Lula. Promoveu o Encontro Nacional Extraordinário (2010), de 14 a 16 de maio, em Brasília, e colocou os negros e negras petistas diante da candidata à Presidência Dilma Rousseff para a renovação dos compromissos eleitorais de 2010.

Por fim, irmanada na luta por igualdade no IV Congresso Nacional do PT

(2011), em Brasília, a militância petista garantiu a aprovação de mudanças na estrutura partidária. A partir de 2014, as direções partidárias devem contemplar uma cota mínima de 20% de negros, 20% de jovens e paridade entre homens e mulheres. Um grande avanço político, na medida em que essa é uma inovação na história do PT e traduz a ampliação do nível de empoderamento de negros e negras através da Política de Cotas na direção partidária. Todos somos sujeitos dessa história, e a tarefa é seguir transformando a sociedade até a eliminação de todas as formas de discriminação.

A trajetória da chamada questão racial no PT revelou um novo olhar sobre a história do partido. Os trinta anos de luta dos negros e negras, com as idas e vindas nas negociações internas até a construção de compromissos para a promoção da igualdade racial, foram inspirados na igualdade e liberdade socialista que encontramos tanto na ancestralidade africana e na diáspora quanto no ideário do Partido dos Trabalhadores.

A luta antirracista no PT nasceu como questão racial, transformou-se no combate ao racismo e expandiu a marca da promoção da igualdade

racial para toda administração pública. A ponto de o governo federal instituir o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial para toda a sociedade brasileira. O PT tem grande responsabilidade nessas mudanças. Já vimos seu comprometimento na história traçada até aqui. São mudanças do processo democrático e social que foram vividas e impulsionadas pelo PT de forma inédita, mas necessárias para o partido continuar cumprindo seu papel histórico: canal de aprofundamento de uma sociedade justa, igualitária, democrática, voltada à construção do socialismo. Por isso O PT é estratégico na arte de combater o racismo. Quiçá todas as mudanças prossigam e se estendam por toda a sociedade com o axé de todos os santos e orixás.



A Luta Contra o Racismo e a Construção do Socialismo Democrático

A experiência do PT é singular na história e na cultura política do Brasil. A luta em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros, da justiça social, da igualdade na perspectiva da superação do capitalismo e da construção do socialismo democrático tem se construído com as experiências de luta de movimentos e organizações representativas de setores da sociedade brasileira. As formulações políticas do PT, por essa razão, envolvem muitas áreas e experiências sociais, o que trouxe riqueza, criatividade e profundidade às propostas políticas de superação, por exemplo, do racismo e do patriarcalismo, que, como já afirmamos, estão intrinsecamente associados à constituição do capitalismo brasileiro.

O ideário socialista do Partido dos Trabalhadores guarda relação com as tradições libertárias e experiências socialistas em todo o mundo. Mas é importante destacar que

as convicções anticapitalistas do PT o fizeram também crítico em relação às experiências da social-democracia e do chamado socialismo real. O compromisso com a construção de uma sociedade socialista e democrática orientou o diálogo e a solidariedade, com diversas experiências de luta pela emancipação e autodeterminação em nível internacional, e está inscrita na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores desde 1979.

A questão racial esteve associada a esse debate, como já procuramos demonstrar. Vale destacar as formulações do V Encontro Nacional a esse respeito:

“O programa democrático-popular” admite que o projeto socialista do PT deva incorporar “as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas”.



Há mais duas menções à questão racial no capítulo que trata sobre “O PT e o Movimento Popular”. A primeira admite a questão racial como uma bandeira, entre outras, que só avançará dentro do socialismo na medida em que o desenvolvimento da luta popular aprofundar o processo de formação da consciência de classe trabalhadora. A segunda está no capítulo sobre a unificação dos movimentos populares, que reconhece a importância da “articulação [da luta] de negros, mulheres, ecologia e transporte”.

A queda do Muro de Berlim abriu um debate internacional sobre o significado das mudanças impostas pela Perestroika na URSS. Esse cenário internacional foi amplamente debatido no I Congresso do Partido dos Trabalhadores (1991), em São Bernardo do Campo (SP). Sua missão democrático-popular impunha solidariedade a outros povos irmãos na medida em que o colapso do socialismo real teve forte impacto no continente africano, principalmente em Angola e Moçambique, que entraram em profunda e prolongada crise.

No I Congresso foi apresentado o documento “A questão racial negra nos onze anos do PT”, com o pensamento do setorial de negros sobre o caráter socialista da luta antirracismo e crítica à precariedade do projeto político do PT para a população negra. No capítulo “O PT e os Movimentos Sociais”, as críticas se aprofundam: “Para a reorganização partidária, o PT precisa unificar a ação dos petistas que atuam nos movimentos sociais [...] sindical, mulher, juventude e movimento negro [...] deverá pensar, com urgência, formulações para a superação do racismo no Brasil. A relação do PT com o Movimento Negro não avança na medida em que o partido não entende a importância do negro na luta contra a opressão neste país”.

Por trás das críticas há uma proposta de aprofundamento do diálogo sobre qual socialismo interessa à emancipação da população negra brasileira.

O socialismo, para ser verdadeiramente democrático em uma sociedade profundamente marcada pela resistência contra a escravi-

dão e o capitalismo, cujo antagonismo acentuou o racismo, requer o compromisso permanente com:

- a emancipação de negras e negros onde eles possam se transformar em sujeitos históricos das mudanças impostas pela exploração e opressão que se realizam toda vez que é negada sua identidade e sua condição de produtor de riqueza material e simbólica;

- uma emancipação em bases distributivas, que se realize dia a dia dentro da realidade concreta das conquistas dos trabalhadores brasileiros, a fim de superar as desigualdades de gênero e raça;

- uma emancipação igualitária na perspectiva da discriminação positiva, a fim de acelerar o caráter compensatório da particularidade da hierarquia racial brasileira;

- uma emancipação do tipo pan-africanista, que assimile as reflexões originalmente elaboradas por filósofos africanos, da diáspora e outros de natureza libertária, como Frantz Fanon, Leopoldo Senghor, Aimé Césaire, entre outros;



- uma emancipação inspirada na resistência e no ideal libertário de Zumbi, Dandara, Luiz Gama, João Candido, entre muitos outros.

Essas são condições objetivas para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo. "O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo." Ao relembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O socialismo que queremos

O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências históricas dos nossos ancestrais, que lutaram no Quilombo dos Palmares, na Conjuração Baiana ou na Revolta dos Búzios. Trabalhadores negros e brancos realizaram greves por todo o século XIX e o XX, nas lutas pela posse da terra e contra todas as formas de opressão, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighela, Santo Dias, Lélia González e Hamilton

Cardoso, que em sua trajetória nos legaram muitas conquistas.

Reiteramos aqui toda a cultura socialista comunalista africana apreendida com a vivência inter-religiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, respeito à ancestralidade, forte capacidade de estabelecer alianças sociopolíticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo e agregador.

Um primeiro aspecto do socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. Tem a ver com a democracia social, capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação a todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural de nossa população.

Para avançarmos nessa direção com passos firmes, é necessário planejar, definir estratégias e

metas para que as experiências de gestão pública e atuação parlamentar sejam capazes de promover a igualdade com recorte de gênero e raça.

Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso exige, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Para o PT, será necessário desenvolver políticas sociais de ação afirmativa e ampliar recursos orçamentários e humanos para a promoção da igualdade racial.

As políticas de ação afirmativa serão necessárias até que atinjamos uma democracia econômica

capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos a distribuição coletiva dos bens.

Um terceiro aspecto do socialismo que queremos se constrói com o aprofundamento da democracia política para os segmentos específicos e a socialização do poder. Uma democracia política que seja capaz de ampliar o espaço de poder para os movimentos sociais.

Nosso socialismo deverá ser inclusivo, plural, respeitando as divergências, as diferenças e implementando com radicalidade o ideal igualitário e libertário. Nosso partido continuará a luta, nos marcos da integração latino-americana, por sociedades democráticas, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas.





